O GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ANPEd E AS PESQUISAS SOBRE OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sandi Patricia Possebam (PIBIC/Fundação Araucária/UEPG),
Silmara Gomes de Oliveira Papi (Orientador), e-mail: silmarapapi@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Área: Educação
Subárea: Tópicos Específicos de Educação

Palavras-chave: educação Inclusiva, pesquisa, segunda etapa do Ensino Fundamental.

Resumo

Este subprojeto de iniciação científica insere-se no âmbito das reflexões sobre o paradigma da Inclusão educacional, tema debatido amplamente nas últimas décadas. Com o estudo buscou-se mapear a produção acadêmica sobre a inclusão educacional de alunos público-alvo da educação especial nos anos finais do ensino fundamental. Foram analisados os Trabalhos disponibilizados em reuniões científicas nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPEd, no GT 15/Educação Especial, no período de 2009 a 2015. Com o estudo buscou-se também verificar o que representam quantitativamente esses estudos no conjunto dos Trabalhos do GT, no período selecionado, uma vez que pesquisas nessa etapa de ensino parecem ser menos frequentes. O estudo teve caráter bibliográfico, do tipo estado do conhecimento, que foi realizado com a organização dos dados a partir da seleção e análise dos trabalhos pertinentes. Os resultados indicam que poucos Trabalhos sobre aspectos da Inclusão escolar têm como campo de investigação os anos finais do ensino fundamental, o que indica a demanda pela ampliação das pesquisas nessa etapa de ensino.

Introdução

Sabe-se que a educação especial veio se constituindo historicamente até que fossem defendidos os pressupostos inclusivos. Este estudo mapeia a produção acadêmica sobre a inclusão educacional de alunos público-alvo da educação especial nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) são considerados público-alvo da educação especial os alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.
Para isso analisa os Trabalhos disponibilizados em reuniões científicas nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPEd, no GT 15/Educação Especial, no período de 2009 a 2015. Tem como objetivos: mapear a produção acadêmica sobre a inclusão educacional de alunos público-alvo da educação especial inseridos nos anos finais do ensino fundamental disponível em reuniões científicas nacionais da ANPEd - GT 15/Educação Especial; verificar o que representam quantitativamente os “Trabalhos” apresentados sobre a inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial inseridos nos anos finais do

ensino fundamental, no contexto geral das pesquisas encontradas; e, explicitar os pressupostos teóricos da inclusão educacional a partir de literatura pertinente.

Materiais e Métodos

Este estudo foi realizado a partir dos pressupostos de estudos do tipo estado do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Nele foram realizados: a) estudos de textos sobre pesquisa em educação e sobre pesquisas do tipo estado da arte; b) estudos teóricos sobre Inclusão Educacional; c) acesso ao site[1] da ANPEd, onde buscou-se os Trabalhos das Reuniões Científicas Nacionais do GT 15-Educação Especial, de 2009 a 2015; d) sistematização dos Trabalhos dessas Reuniões, excluindo-se os excedentes; e) análise dos Trabalhos selecionados, tendo em vista dados como título, autoria e aspectos metodológicos, localização dos que tratavam dos anos finais do ensino fundamental; organização do Relatório do Estudo.

Resultados e discussão

As discussões sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular têm sido frequentes no âmbito educacional. Conforme Mantoan, Prieto e Amorim (2006, p. 36) a inclusão tem aspectos positivos, pois permite a convivência com processos de aprendizagem diferentes “Afora ações para garantir que as escolas se constituam em espaços de aprendizagem para todos os alunos”.
Sobre isso pode-se dizer que é um processo que requer dedicação por parte dos professores, para que rompam com o paradigma anterior, o paradigma da integração, fazendo com que a escola se adapte a todos os alunos. A inclusão permite a consideração dos direitos desses alunos, conforme ressalta Declaração de Salamanca, apontada por Serra (2008, p. 35), quando destaca que a “[...] Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana [...].
A inclusão também prevê que todos sejam educados em um mesmo espaço. Mantoan, Prieto e Amorim (2006, p. 37) salientam que o principal objetivo é “[...] a defesa da educação escolar para todos como um princípio”, reduzindo-se as desigualdades e reforçando a necessidade de todos trabalharem juntos buscando fins comuns. Para que isso ocorra, a escola precisa se adaptar aos alunos fazendo “adaptações curriculares, metodológicas [...]” (SERRA, 2008, p. 38) que se fazem necessárias para o atendimento dos alunos com deficiência dentro da rede regular.
As leituras realizadas permitiram concluir que o conceito de inclusão se relaciona à igualdade de direitos quanto à educação, à demanda por uma nova escola e à Educação Especial enquanto apoio/trabalho ao ensino regular.
Com base nas reflexões efetivadas, pode-se afirmar que o conceito de inclusão escolar das pessoas com deficiência busca tirá-las da margem da sociedade e propiciar-lhes o atendimento às suas necessidades específicas.
Quanto aos Trabalhos apresentados na ANPEd, verificou-se, nos anos consultados, o total de 119 Trabalhos, excluídos os Trabalhos excedentes. Desse total, foram identificados treze estudos realizados no ensino fundamental, segunda etapa.
Ressalta-se que nenhum dos treze trabalhos selecionados indicou, em seu título, como foco central de investigação, sua vinculação à referida etapa. Os treze trabalhos correspondem a 10, 92% do total – sendo que em 2015 e em 2010 foram apresentados quatro trabalhos em cada ano, anos em que se encontrou a maior

[1]Acesso ao site da ANPEd nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Disponível em: http://www.anped.org.br/.

quantidade. No ano de 2011 foram apresentados três trabalhos, e, em 2013, dois trabalhos. Nos anos de 2009 e 2012 não houve trabalhos publicados. Com a leitura dos Trabalhos, percebeu-se maior concentração de pesquisadores que abordaram em seus estudos os anos finais do ensino fundamental, vinculados aos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Quanto aos temas de estudo das pesquisas, verificaram-se abordagens sobre a deficiência visual, a surdocegueira, a deficiência intelectual, a diferenciação curricular, os discursos sobre a inclusão, a educação de surdos, a formação docente, a relação entre a família e a escola e, ainda, sobre a avaliação. Os dados coletados indicaram que a área mais abordada foi a da deficiência visual, correspondendo a três trabalhos. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, os dados indicaram que a maioria das pesquisas, um total de seis trabalhos, utilizaram a abordagem qualitativa, seguida dos estudos documentais e estudos de caso, que foram observados em três pesquisas, cada um deles. Pesquisas quantitativas não foram verificadas. Para a realização dos tipos de pesquisas propostas pelos autores, a entrevista foi o instrumento de coleta de dados mais utilizado, constando em oito delas, seguida da análise de documentos, que consta em quatro pesquisas. O questionário, a narrativa e a observação são verificados em duas pesquisas. Já os registros escritos e a videogravação, a história de vida e a descrição densa são verificados em apenas um trabalho cada. Quanto à análise dos dados, a análise de conteúdo citada em dois trabalhos e a análise do discurso, em um trabalho. A maioria dos trabalhos não indica como se deu a análise.
Quanto às conclusões presentes nos trabalhos, nos estudos que abordam a deficiência visual, as constatações do Trabalho dois (T2), permitem compreender que os alunos do Instituto Benjamin Constant que participaram do estudo indicam não quererem mudanças nesse Instituto, Os alunos, mesmo transitando para uma escola regular, continuam ligados ao instituto e esse, ao realizar seu trabalho como escola especializada, defende, ao mesmo tempo, o discurso da sociedade sobre a inclusão. O Trabalho dez (T10) investigou a prática curricular com alunos com deficiência visual e indicou “[...] a importância da situação de heterogeneidade e da riqueza de trocas sociais presentes no espaço escolar [...]” (p. 15), e, a existência de uma prática curricular homogeneizadora. Suas conclusões revelam também, no âmbito das relações entre os alunos da sala de aula, a importância que teve para a aluna com deficiência visual e, para os demais alunos, sua presença na sala de aula. O estudo destaca a importância da heterogeneidade nas salas de aula para que a educação seja inclusiva. De acordo com o Trabalho 11 (T11), a política educacional voltada à escola de tempo integral não atende às necessidades dos alunos com necessidades especiais. Ela tem “dificuldades em concretizar o sentimento de pertencimento também ao aluno com deficiência visual. Ao ampliar o espaço tempo escolar, acaba prejudicando sua aprendizagem [...]” (p. 10).
No segundo grupo, de estudos que abordam a surdocegueira, tanto o Trabalho sete (T7) como o Trabalho oito (T8), tratam sobre a importância da comunicação e do AEE para os alunos que apresentam essa condição. No T7, há a preocupação em oferecer subsídios que favoreçam a comunicação dos alunos em sala de aula, com a presença do profissional guia-intérprete. Destaca que seja fomentada, “[...] no ambiente escolar, a cultura do acolhimento à diversidade comunicativa [...]” (p. 15). O Trabalho oito (T8), indica que essa comunicação não atendeu às necessidades dos alunos e que sua comunicação ficou comprometida.
O terceiro grupo de trabalhos trata da deficiência intelectual e é composto pelos Trabalhos um (T1) e quatro (T4). O primeiro (T1) tratou sobre a função social da escola em tempos de inclusão e ressalta a importância da criança com deficiência

intelectual ter ampliada a sua relação com o conhecimento. O estudo indica também que a presença do aluno com deficiência intelectual não seja considerada apenas como um processo de socialização. O Trabalho quatro (T4) indica que as professoras passaram por processos reflexivos que lhes "[...] possibilitaram maior consciência de si e de seu trabalho [...]" (p. 15).

Em relação ao estudo sobre a diferenciação curricular para alunos com deficiência, encontrou-se apenas um trabalho (T13), que concluiu que, por trás do discurso sobre o respeito à diferenciação e aos diferentes ritmos de aprendizagem, elas são cada vez menos negociáveis.

O Trabalho nove (T9), que abordou os efeitos do discurso da inclusão sobre a escola, verificou que enquanto houver um sujeito padrão, a inclusão continua na lógica da inclusão do que já está incluso na humanidade, deixando-se então de praticar a inclusão da diversidade nas escolas.

O Trabalho que tratou sobre a da educação bilíngue de surdos, Trabalho três (T3), ressaltou que a proposta bilíngue não é inovadora, mas, sim, uma possibilidade para o aluno surdo ter acesso à educação, pois este é um direito de todos os alunos.

O Trabalho seis (T6) refere-se a uma pesquisa que utilizou a leitura como dispositivo de formação de professores, obtendo um resultado positivo em relação às formações em Educação Especial e Inclusão Escolar.

A relação família x escola foi abordada no Trabalho 12 (T12), que mostrou que é preciso colocar em xeque a crença propagada de que há um desinteresse por parte dos pais em participar da educação dos filhos. Finalizando, a pesquisa apresentada no Trabalho cinco (T5) concluiu que a participação dos alunos com deficiência nas avaliações em larga escala acontecia, mas, que os resultados desses alunos poderiam, ou não, ser contabilizados.

Conclusões

Este estudo permitiu concluir que poucos Trabalhos apresentados no GT15 da ANPEd têm como campo de investigação a segunda etapa do ensino fundamental, indicando a lacuna existente. Permitiu concluir também que a deficiência visual é a temática mais investigada quando se aborda essa etapa de ensino e que a abordagem qualitativa foi a mais utilizada nos estudos analisados.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora e, à Fundação Araucária, pelo apoio financeiro.

Referências

PRIETO, R. G. Atendimento Escolar de Alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação do Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Orgs.). **Inclusão Escolar:** Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ROMANOWSKI, J. P. ENS, R. T.As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. **Diálogo Educacional,** Curitiba, v.6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SERRA, D. **Inclusão em Ambiente Escolar.** In: SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Orgs.). 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.